

CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ESPACIAL: PRÁTICAS IMAGÉTICO-DISCURSIVAS QUE DELIMITARAM O NORDESTE

Renan de Oliveira Silva¹

Introdução

A delimitação do espaço regional está inserida em um vasto caminho percorrido para a formação do que hoje conhecemos como o Nordeste do Brasil. O Nordeste é fruto de relações de saber e poder, relações que a própria região é também sujeito, um resultado de práticas imagético-discursivas. Os enunciados e as imagens proferidas sobre o a região estabelecera estereótipos que inferioriza o espaço e o povo nordestino, uma nordestinidade na qual foi assumida e praticada, uma inferioridade em relação à região Sul ou São Paulo. Essa pequenez que se instaurou por muito foi colocada como uma questão estabelecida pelo sistema de poder, se achando excluídos desse lugar. Tais formulações devem ser superadas em meio às lutas pelo poder, por estarem inertes a essas disputas.

Para compreender a formação desse espaço recente na história do Brasil, deve-se perceber que ela foi possível por diversas linguagens como a literatura, música, pintura, o teatro, as produções acadêmicas, práticas essas que se inscrevem no interior desse espaço, produzindo a ele mesmo. Dessa forma o nordeste é inventado por meio de práticas discursivas e não-discursivas, permeadas pelo político, econômico, o social e o cultural, criando maneiras de ver e dizer o Nordeste.

Dessa maneira no trabalho busco identificar práticas imagético-discursivas que serviram como sustentáculo para delimitar o nordeste, definições essas que transcendem os limites territoriais determinados pela geopolítica, que instituiu as fronteiras de uma região a partir de um produto do meio a ocorrência das secas, procurando melhor atender-las. Procurando evidenciar que os discursos e imagens produziram uma região caracterizada pela cultura, o social, o econômico e o político, mas apoiados sobre um discurso hierarquizador, que toma à seca como centralizador, dominando todo o sistema de poder, silenciando os demais discursos produzidos nesse espaço. Produzindo assim uma identidade regional poderosa sobre estereótipos assumidos externa e internamente ao Nordeste.

¹ Graduando em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: rennanolive8@gmail.com

Para estabelecer tais definições o texto foi produzido por meio de uma pesquisa bibliográfica aportando-se principalmente na produção historiográfica de Albuquerque Junior “A invenção do nordeste e outras artes”. Aportando-se também nesse tipo de pesquisa para explicar um pouco sobre a trajetória metamórfica dos conceitos de identidade e espaço, e a influencia dessas concepções para que o nordeste pudesse ser “inventado”.

Identidade e Espaço

A identidade é uma questão complexa de estudo, por um tempo relegado a um segundo plano de análises, que na segunda metade do século XX aos dias atuais, passou a ter mais atenção de pesquisadores de diferentes ramos das ciências sociais e humanas, para que pudéssemos conhecer na atualidade as definições do conceito. A compreensão do termo requer a percepção das transformações causadas pela “crise de identidade” que levou a mudanças no antigo quadro estrutural formador da identidade do sujeito moderno a partir de uma essência unificada e estável, possível pelo processo de descentramento, dividindo o sujeito moderno para o surgimento de novas identidades.

Stuart Hall (1997) a fim de definir a “crise de identidade” pelo deslocamento ocorrido sobre o indivíduo moderno aponta três concepções distintas de identidade formuladas a partir da modernidade. A primeira é o sujeito do Iluminismo, baseava-se no sujeito da razão, o nascimento do verdadeiro individualismo, que desvincula o homem da estrutura natural que vivia no medievo, surgindo com o Humanismo Renascentista à idéia de “indivíduo soberano”, da qual é centrada em si própria por particularidades distintas e únicas. Com as revoluções científicas e o Iluminismo se caracterizou de vez o sujeito racional e científico, formulações que ganha poder com o pensamento de Descartes, que o individual é possível pela capacidade de pensar, constituindo o “sujeito cartesiano”. John Locke foi outro pensador com contribuições importante para a formação desse sujeito, atribuindo ao indivíduo uma continuidade identitária do nascimento que se prolonga quase idêntica ao longo da vida.

O segundo é o sujeito sociológico, as sociedades modernas se transformam, as estruturas políticas, sociais e econômicas, ganham novos caminhos com as revoluções do século XVIII e XIX, assim deixa aos poucos de pensar em uma identidade individual do sujeito racional e passa a pensar no coletivo, as novas formulações teóricas têm que abordar agora as grandes massas que compõe o Estado moderno. O indivíduo não é

mais uno a sua interioridade, ele precisa para a formação de sua identidade a convivência com outros indivíduos que trazem consigo os elementos exteriores, transmitindo símbolos e sentidos, pertencentes à cultura a qual estar inserido. A identidade sociológica é construída por um diálogo entre o interior do indivíduo e o exterior a ele, alinhando nessa construção a subjetividade do sujeito e a objetividade do campo cultural e social na qual ele mantém relações. A identidade aqui também é pensada estável, possível pela ligação entre sujeito e estrutura, elementos que segundo Hall (1997):

Argumenta-se, entretanto, que são exatamente essas coisas que estão agora “mudando”. O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias e não resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais “lá fora” e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as “necessidades” objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático. (HALL, 1997, p. 12).

O processo de fragmentação do sujeito sociológico produz a terceira concepção, o sujeito pós-moderno, à essência unificada e estável se perde, pois a nova identidade é pensada a partir do descentramento, a flexibilidade do indivíduo entre várias identidades. A construção identitária se caracteriza pela mobilidade do indivíduo pelas diversas culturas que o cerca, formadas por um processo histórico, por lutas entre as diferentes identidades que compõe o indivíduo.

O processo de descentramento que levou a fragmentação do sujeito moderno foi possível pelos avanços nas teorias sociais e nas ciências humanas, essas descentrações segundo Hall (1997), consiste em cinco diferentes contribuições. Em primeiro lugar ao pensamento marxista, não precisamente o trabalho de Marx, mas a releitura ocorrida na década de 1970 principalmente no trabalho de Louis Althusser, na qual descartava a ação individual do homem, suas ações eram dependentes de mecanismos culturais já existentes anteriormente a eles. O segundo é a teoria do inconsciente lançada por Freud, que a identidade é formada por processos psíquicos e simbólicos, leitura também apropriada por Jacques Lacan, que a identidade é um processo temporal, construída pelos símbolos e processos psíquicos do inconsciente, ela nunca estar completa sempre

haverá algo imaginário ou fantasiado sobre si em processo para ser formado. Dessa maneira não podemos falar em Lacan de uma identidade acabada, mas sim de identificação, sempre em andamento.

O terceiro descentramento é identificado na linguística estrutural elaborada por Ferdinand de Saussure, demonstrando que os significados da língua expressar suas próprias regras, independem da ação do autor que a fala. O trabalho feito por Michel Foucault representa a o quarto descentramento, ele destaca um poder que é responsável por vigiar e moldar o homem, o chama de “poder disciplinar”, que procura moldar o indivíduo em toda a sua particularidade, seja, sua vida, saúde física e mental, entrando em diversos campos de sua vida. Este poder busca construir um ser humano que possua um corpo dócil, o indivíduo estar inserido em uma coletividade nas instituições, sofrendo constantemente uma vigilância e uma observação, sofrendo um isolamento, construindo uma individualização ainda maior do sujeito individual. E por ultimo a descentração causada pelo impacto do feminismo, despertando vários movimentos sociais durante a década de sessenta, buscando diversos direitos, luta pela paz, direitos étnicos, de gênero, de classe, entre outros, aflorando a luta e o reconhecimento das identidades minoritárias ou silenciadas. Todos os descentramentos levaram a um deslocamento do sujeito do Iluminismo que era centrado, para o sujeito pós-moderno, uma identidade aberta, fragmentada e transitória.

Um das questões levantadas por Stuart Hall no estudo das identidades além de um breve esclarecimento sobre a trajetória do conceito, é o processo de formação da identidade cultural, especificamente a identidade nacional, pois a busca pela criação de uma identificação nacional no Brasil representa a reação dos diferentes regionalismos e a instituição do Nordeste para além de uma fronteira político-administrativa.

As culturas nacionais são uma forma distintivamente moderna. A lealdade e a identificação que numa era pré-moderna ou em sociedades mais tradicionais, eram dadas à tribo, ao povo, à religião e à região, foram transferidas, gradualmente, nas sociedades ocidentais, à cultura nacional. As diferenças regionais e étnicas foram gradualmente sendo colocadas, de forma subordinada, sob aquilo que Gillner chama de “teto político” do estado-nação, que se tornou, assim, uma fonte poderosa de significados para as identidades culturais modernas (HALL, 1997, p. 53-54).

Uma cultura nacional é fruto de práticas discursivas, construída por meio de símbolos, valores e sentidos, para determinar uma cultura homogênea, muitas vezes

propicia pelos mecanismos educacionais, que transmiti a tradição inventada que muitas vezes parecem ser antigas, mas são elaborações recentes, procurando o alinhamento dos indivíduos em torno dos marcos históricos que remetem desde as origens, processos que levaram a unificação de territórios e permanência dos limites nacionais. A construção da identidade muitas vezes transgride a modernidade, retornando a um passado de outrora, resgatando glórias antigas para representar a grandeza da cultura nacional, mas sem deixar de pensar nas possibilidades para o desenvolvimento criadas pela modernidade.

Pensar uma identidade nacional possível por uma cultura nacional homogenia e unificada em torno desejos comuns, é não levar em consideração as diferenças étnicas, de gêneros e de classes, juntando-as em torno caminho único para a nacionalidade. Deve-se questionar um sentimento de unificação, já que nem sempre existiu uma lealdade a símbolos que identifica a cultura da nação. Precisamos pensar a nacionalidade não como um todo unificado, e sim praticas discursivas que representam a diferença, diversas características interiores que se busca unificar por um exercício de poder, uma das representações para isso era a representação cultural pela etnia, uma etnia única que apresenta uma determinada religião, costumes, língua, etc., processo tentado pelas nações Ocidentais na Europa e também no Brasil na busca por essa identidade comum, algo impossível de acontecer pela diversidade cultural e étnica que compõe os estados modernos, “as nações modernas são, todas, híbridos culturais” (HALL, 1997, p.67). O discurso racial procurava a supremacia de uma “raça” específica sobre as demais, não só no quesito biológico, mas o conjunto cultural produzido, distinguindo-os.

A construção da concepção de identidade na pós-modernidade percorreu um longo período de mudanças, de um conceito homogêneo, imutável, centrado ao sujeito, a imutabilidade das estruturas sócias, desenvolvendo-se em meio as diferenças e heterogeneidades, que permeia a definição da identidade cultural de um individuo em meio a imposição de uma identidade cultural nacional homogenia, que engloba em torno de símbolos de sua representação. Tarefa difícil também se equipara a tentativa de realizar a construção de uma identidade espacial, na busca por valores, costumes, sentidos, que exalte e possibilite a invenção de uma tradição, pois, se trata do espaço, conceito vinculado as concepções de natureza, pensado em uma imutabilidade mais resistente, a parte da historicidade e do tempo.

A história ate chegar às delimitações de ciência que estuda o passado do homem, transitou em diferentes áreas e em árduos debates para a elaboração dos seus conceitos e

formas de abordagens. Nos primórdios da história ciência passam-se do mero registro do passado do homem para o estudo do homem no tempo, buscando analisar os efeitos das ações humanas com intuito de perceber a transformações e permanências, concepções que intensificam no século vinte com a escola dos Annales e as elaborações de Marc Bloch sobre a História e o Tempo. Segundo Barros (2006):

Definir a história como o estudo do *homem no tempo* foi portanto um passo decisivo para a expansão dos domínios historiográficos. Contudo, a definição de História, no seu aspecto mais irredutível, deve incluir ainda uma outra coordenada para além do “homem” e do “tempo”. Na verdade, a História é o estudo do Homem no *Tempo* e no *Espaço*. As ações e transformações que afetam aquela vida humana que pode ser historicamente considerada dão-se em um espaço que muitas vezes é um espaço geográfico ou político, e que, sobretudo, sempre e necessariamente constitui-se em espaço social. Mas com as expansões dos domínios históricos que começaram a se verificar no último século, este Espaço também pode ser perfeitamente um “espaço imaginário” (o espaço da imaginação, da iconografia, da literatura), e adivinha-se que em um momento que não deve estar muito distante os historiadores estarão também estudando o “espaço virtual”, produzido através da comunicação virtual ou da tecnologia artificial. Pode se dar que, em um futuro próximo, ouçamos falar em uma modalidade de História Virtual na qual poderão ser examinadas as relações que se estabelecem nos espaços sociais artificialmente criados nos *chats* da Internet, na espacialidade imaginária das *webpages* ou das simulações informáticas, ou mesmo no espaço de comunicação quase instantânea dos correios eletrônicos — estas futuras fontes históricas com as quais também terão de lidar os historiadores do futuro. Mas, por hora, consideraremos apenas o Espaço nos seus sentidos tradicionais: como lugar que se estabelece na materialidade física, como campo que é gerado através das relações sociais, ou como realidade que se vê estabelecida imaginariamente em resposta aos dois fatores anteriores. (BARROS, 2006, p. 462).

O que nos interessa perceber em primeiro momento é que o conceito de espaço formula-se em uma longa metamorfose assim como o conceito de identidade, tornando-se mais abrangente e aberto na pós-modernidade, Barros (2006) identifica os diferentes campos para realização de uma abordagem espacial, com atual flexibilidade do conceito, mas em sua essência tradicional com a materialidade física, local dos acontecimentos históricos, onde ocorre a formulação das relações sociais, culturais, econômicas e políticas, a construção afetiva com essas relações para definição identitária.

Segundo Albuquerque Junior (2008) Foucault em seus estudos retrata que há três formas distintas na maneira de conceber o espaço na trajetória do povo ocidental,

formas essas que representam mudanças paradigmáticas, mas que sempre representa uma visão estática e deshistoricizada do espaço. A primeira concepção de se pensar o espaço foi construída na Idade Média, os espaços são pensados de forma hierarquizada, sempre avaliada pelos valores do regime em vigor ditado pelo cristianismo, uma ordem cósmica, os lugares superiores referentes aos próximos a Deus. Tratava-se de uma economia dos espaços, os espaços eram referidos como uma localização, que caracterizava o pertencimento que cada um ocupava nos lugares, de acordo com as demarcações, de quem detinha o poder sobre os espaços.

Com o Renascimento as concepções de espaço começam a mudar principalmente a partir das elaborações científicas feita por Galileu, passando a contestar a concepção geocêntrica e da finitude do cosmos, que eram a base de sustentação do poder hierárquico medieval. Além das mudanças propiciadas pela ciência, o mundo se abre para novas oportunidades, o espaço fechado em qual vivia a Europa se abre para as grandes navegações, o espaço deixa de ser localização ditada pela hierarquia e passa a ser uma extensão, ditados pela volatilidade, mobilidade, o espaço se abre para possibilidades infinitas de exploração. A extensão dos espaços na modernidade nasce e cresce junto com o desejo de extensividade da ciência moderna, que quer abarcar todos os lugares, vasculhar cada cantinho, para contemplar todas as áreas do conhecimento, cede por saber na qual às ciências humanas também embarcam para explorar este vasto oceano do conhecimento, mas querendo registrar os passos do homem ao longo do tempo.

O saber moderno instituiu a extensão como forma de ver o espaço, algo que contribuiu, para que houvesse dificuldades de se pensar o espaço como pertencente à trama histórica e do tempo, pois, ao contrário do tempo que é intensivo, o espaço é extensivo. Diversas dificuldades foram encontradas antes de mudar a forma de ver os espaços, necessitou-se que primeiro houvesse uma mudança no campo da física elaborada por Galileu e que ganhou contornos definitivos em Newton, mudança essa propiciada pela física pós-moderna, os espaços passam a sem uma relação com o olhar humano, os espaços tornam-se relacionais a partir da idéia de relatividade que é introduzida na natureza e nos espaços.

O relativismo passa a fazer parte da forma como ver e conceber os espaços, dessa maneira na contemporaneidade os espaços passam a ser percebidos por noção de posicionamento, que são ditadas pelas nossas praticas sociais, culturais, econômicas, políticas, por nossas lutas diárias, pelas relações de poder. Ver o espaço agora em toda a

sua mobilidade e flexibilidade, o espaço é uma relação móvel entre os objetos e os sujeitos, passando a ser histórico, o espaço deixa de ser pensado como o mero lugar que servia de cenário para os acontecimentos, faz parte agora da própria trama, o agir do homem não é só caracterizado pela a ação do tempo, mas também pela dimensão espacial. A partir das definições territoriais passou-se a caracterizar a identidade espacial, que é construída por meio de embates, conflitos, relações de forcas, podendo ser desconstruída e ressignificada, acompanhando as relações de forcas, das relações sociais, que acontecem ao longo do tempo.

O espaço na pós-modernidade é moldado a partir de estratégias, que nos faz definir e pensar a noção de posicionamento espacial, um espaço que vai ser cartografado de acordo com a situação na qual se encontra os objetos, e não por sua localização ou extensão. Analisar essas situações contribuirá para o nascimento do espaço. O posicionamento espacial demarcar um lugar de lutas das diversas camadas sociais, que se preparam sempre para o ataque e para a defesa, para definir suas posições, essas lutas permeia todo o social: lutas de gênero, étnicas, econômicas, classes sociais, políticas, estéticas, profissional, etc.

Os historiadores negligenciam a maneira de conceber os espaços na contemporaneidade, deixando se levar por concepções que concebe o espaço como estático, imóvel, sem vida, um mero cenário para os acontecimentos humanos, isto, porque o homem é o próprio responsável com construir essas formas distintas de deshistoricizar os espaços, que não podemos ver o espaço como um espaço superfície empírica que sem impõe a nós, mas uma empiria desordenada, da qual temos que analisar, apreender, significar, da um sentido.

Não devemos pensá-los como localização ou extensão, mas conceber os espaços como posição, deve deixar de lado a busca de conhecimento sobre essa superfície, ou caracterizá-lo como um todo homogêneo, regido por leis fixas e eternas, e sim um espaço como pensou Bachelard, e nos mostra Albuquerque Junior (2008), os espaços são carregados de paixões, qualidades, cheio de sonhos, desejos, imagens, fantasias, entre outras sensibilidades, o espaço é definido agora por sua fluidez.

No entanto para definir a concepção do conceito de espaço, devemos atentar as relações de poder utilizadas para delimitar e caracterizar um dado recorte espacial, a fim de estabelecer fronteiras, demarcar determinados territórios, que são determinados por relações de poder, relações sociais, relações econômicas, relações simbólicas, procurando sacralizar os espaços a partir do posicionamento. Na modernidade a

vinculação de espaço e natureza, pensada assim como a natureza os espaços eram destituídos de historicidade, mas com as novas descobertas fizeram com que as ciências humanas ressignificasse o conceito de espaço.

A delimitação do Nordeste

A região Nordeste é um espaço delimitado a partir da fragmentação da antiga divisão do território do país realizada entre Norte e Sul, a espacialidade que era concebida “naturalmente” sede lugar a uma criação artificial, a invenção de uma nova região, já enunciada pelo combate à seca no fim do século XIX. O Nordeste é fruto de um novo olhar regionalista, a utilização de um novo discurso que se desprenderá da visão provinciana advinda do regionalismo naturalista, que colocava as condições definidoras desses espaços como provenientes do meio, o clima, o relevo, a vegetação, e também uma questão racial. Esse olhar é instigado pelas novas determinações das fronteiras espaciais no Ocidente, pois as novas definições epistemológicas incubem os espaços como pertencentes ao processo histórico.

No Brasil surgiu à necessidade de um conhecimento do todo de seus espaços, partindo da elaboração de discursos do próprio meio para o compreendê-lo, mas grandes dimensões territoriais do país e a escassez dos meios de transporte e de comunicação dificultavam o conhecer de uma região em relação à outra, sempre se olhando como estranhos, criando estigmas entre si. A partir da década de 20 com a necessidade de conhecer os diferentes regionalismos, são elaborados estudos e viagens, grande parte do que se sabia no Sul desta região eram discursos produzidos pelos jornais paulistas, que sempre mostravam uma visão depreciativa de um lugar pobre, maltratado pelas mazelas que assolam aquela região. As imagens criadas por esses discursos estavam a serviço de um sistema de poder na qual pretendia homogeneizar o regionalismo paulista como as características nacionalistas.

A nova região vai ser configurada em meio a uma nova formação discursiva que buscava a criação de uma identidade nacional-popular, mas a busca por essa homogeneização vai acentuar a fragilidade e arraigar ainda mais as diferenças e as lutas pelo reconhecimento que cada uma delas buscava os elementos escolhidos para representar o Nordeste são feitos inertes em relações de poderes, que justificava o interesse de forças exteriores e interiores a esse espaço, que segundo Albuquerque Junior:

A questão da identidade nacional põe, na ordem do dia, das diferentes identidades regionais no país, que devia ser destruídas para uns e reafirmadas para outros, já que para a visão moderna a identidade é uma essência que se opõe à diferença, vista como superficial, ela é um “ser”, uma função invisível e central. A imagem da região precisa, portanto, ser elaborada, seguindo estratégias variadas, sendo, portanto, móvel. O discurso regionalista não mascara a verdade da região, *ele a institui*. Ele, neste momento, não faz mais parte da mimese da representação que caracterizava a *epistème* clássica e que tomava o discurso como copia do real; na modernidade esse discurso é regido pela mimese da produção em que os discursos participam da produção de seus objetos, atua orientado por uma estratégia política, com objetivos e táticas definidos dentro de um universo histórico, intelectual e até econômico específico. O Nordeste é uma produção imagético-discursiva formada a partir de uma sensibilidade cada vez mais específica, gestada historicamente, em relação a uma dada área do país. E é tal a consistência desta formulação discursiva e imagética que dificulta, até hoje, a produção de uma nova configuração de “verdades” sobre este espaço. (ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 62).

As definições de determinadas práticas imagético-discursivas “regionalistas” permitiram a construção de relações de saber e poder, procurando atribuir valor a região por meio do discurso da seca, que se via necessário instituir como homogêneo, uma imagem e enunciado que apresentaria uma verdade, descartando os vários Nordeste, assim ganhando o objetivo esperado, em relação ao discurso controlador na busca pelo poder, Foucault coloca:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2014, p. 8-9)

No Nordeste os interesses limitados pelas oligarquias as fronteiras dos Estados, transcendem esses espaços para a construção de um espaço mais importante para todos, a região. Espaço que tem suas bases defendidas por elites políticas, e também por intelectuais que se sentiam desfavorecidos em meio às essas relações de poder, seja, na política, na economia e na cultura. A literatura regionalista se mostra de grande importância como definidora de elementos para a identidade regional. Esta literatura do início do século XX, lança um novo olhar sobre o regional diferente da visão naturalista que já existia no século anterior, construía-se agora um naturalismo-realista, evidenciando as características tropicais, emocionais, etc., o grande expoente foi

Euclides da Cunha com o livro *Os Sertões*, 1906, que busca no interior, no homem nascido do sertão, aquele que realmente detém as características da identidade nacional. Para se contrapor as produções desse cunho surgiu a produção Modernista em São Paulo, que se alimenta do regionalismo desse espaço, lugar onde prevalece agora o moderno, o avanço, a superioridade, em relação à região Nordeste, e a produção literária regionalista-naturalista.

O Nordeste nasce em meio a uma depreciação existente entre Norte e Sul, crescente desde o século anterior, diferenças justificadas pelos paradigmas naturalistas que permeavam essa época, da qual a raça e o meio justificavam a superioridade de um e a inferioridade do outro, uma região avançada e a outra estagnada. Com base na teoria eugenista, Oliveira Vianna afirma em seu discurso a superioridade de São Paulo em relação ao Norte, pois, se encontrava ali a fonte do arianismo nacional, e só restava ao Norte à condição de subordinado. A influência do meio sobre o Norte vai se tornar a grande arma política, a seca ocasionada pelo clima, ganha visibilidade com a seca de 1877-79, tornando-se elemento para a exigência de recursos financeiros, cargos no Estado. Além da seca, outros problemas que ali surgiram também são atribuídos ao meio e até mesmo considerados reflexos da seca, como o banditismo, os movimentos messiânicos, o atraso na economia, e os males sociais.

Partindo dos estudos feitos por Albuquerque Junior, percebe-se que a região Nordeste é um espaço fundado historicamente, não é algo inerte na natureza, é um constructo possível a partir de práticas discursivas e imagéticas que justificam a espacialidade hoje conhecida:

Longe de considerar esta região como inscrita na natureza, definida geograficamente ou regionalizada “pelo desenvolvimento do capitalismo, com a regionalização das relações de produção”, que é outra forma de naturalização, ele busca pensar o Nordeste como uma identidade espacial, construída em um preciso momento histórico, final da primeira década do século passado e na segunda década, como produto de entrecruzamento de práticas e discursos “regionalistas”. Esta formulação, Nordeste, dar-se-á a partir do agrupamento conceitual de uma série de experiências, erigidas como caracterizadoras deste espaço e de uma identidade regional. Essas experiências históricas serão agrupadas, fundadas num discurso teórico que pretende ser o conhecimento da região em sua essência, em seus traços definidores, e que articula uma dispersão de experiências cotidianas, sejam dos vencedores, sejam dos vencidos, com fragmentos de memórias de situações passadas, que são tomadas como prenunciadoras do momento que se vive, de “ápice da consciência regional”. (ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 33).

Discursos e imagens que surgiram como reação as políticas de nacionalização, fundamentadas sobre uma tradição, a saudade de um espaço de outrora, dos grandes produtores rurais, que entraram em decadência, pelo processo modernizador e industrial instaurado no Sul do país. É um espaço que nasce de uma reação entre região versus nação, um espaço fragmentado do Norte, um recorte advindo das políticas de combate a seca delimitada pelo IFOCS (Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas), território assolado por secas, ganha significado no final do século XIX, o que a torna em primeira medida uma filha da seca.

O Nordeste enquanto região passa a ganhar legitimidade agora pelos fatos históricos principalmente de ordem cultural, não mais um dado natural, produto do meio. Nova configuração iniciada pelo Congresso Regionalista de 1926, tendo como um dos principais expoentes Gilberto Freyre, movimento que inaugura o chamado regionalismo tradicionalista, que passa a inventar a região aquém do natural, delimitado por ser afetado pelas secas e demais mazelas daquele lugar, mas um constructo realizado desde o século XVI, por influências culturais e sociais que já o diferenciava das demais regiões, como a influência holandesa e os movimentos insurrecionistas que aconteceram principalmente em Recife, um lugar de culminância e representatividade desse movimento regionalista, além da influência para o campo intelectual com a criação da Faculdade de Direito do Recife e o papel do Diário de Pernambuco.

Assim:

O discurso tradicionalista toma a história como o lugar da produção da memória, como discurso da reminiscência e do reconhecimento. Ele faz dela um meio de os sujeitos do presente se reconhecerem nos fatos do passado, de reconhecerem uma região já presente no passado, precisando apenas ser anunciada. Ele faz a história o processo de afirmação de uma identidade, da continuidade e da tradição, e toma o lugar de sujeitos reveladores desta verdade eterna, mas encoberta. (ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 93).

O novo regionalismo busca na tradição, no passado, o resgate da memória a única alternativa para salvar a identidade de um povo na qual tem se perdido pelas forças destruidoras da modernização, das máquinas, do frenesi causado pelos espaços urbanos. A construção desse discurso disciplinador, de saudade, de costumes e hábitos vividos outrora, capaz de resgatar o homem nordestino das transformações e levá-lo ao verdadeiro Nordeste, foi realizada por diversos intelectuais e artistas, e em períodos

variados. Movimento iniciado pelo sociólogo Gilberto Freyre e a “escola tradicionalista de recife”; o papel dos romancistas e poetas das décadas de vinte e trinta nas figuras de José Lins do Rego, Raquel de Queiroz, José Américo de Almeida, Ascenso Ferreira e Manoel Bandeira; na década de quarenta adiante o papel da música de Luiz Gonzaga, Zé Dantas e Humberto Teixeira; e na década de cinquenta o trabalho teatral desenvolvido por Ariano Suassuna. Visões do Nordeste que em muitos aspectos se divergiam como em qual parte da região estaria à legitimidade da identidade nordestina, o litoral, a zona da mata ou o interior representado pelo sertão, mas que tem em comum a representação e construção do mesmo espaço, o Nordeste.

Considerações finais

Este espaço surgiu como um objeto de saber, possível por uma discursividade, utilizando-se de um reflexo do meio natural, a seca, usando as possibilidades oferecidas por esse discurso para instituir um determinado saber, um objeto possível por imagens e enunciados, que emerge e torna-se uma problemática, um pensamento formado por práticas discursivas e não-discursivas. Uma construção imagética formada por uma discursividade regional iniciada ainda no século XVIII com o regionalismo naturalista, estabilizando-se de com o discurso da seca propiciado com a grande estiagem de 1877-79, o discurso da seca foi apropriado pelas elites políticas e posteriormente pelo regionalismo tradicionalista, na busca por beneficiamentos e a consagração do espaço regional.

Uma região construída por uma visibilidade e dizibilidade, em cima da memória, criando uma reação ao poder dilacerador do tempo e da história, uma luta contra as forças transformadoras do moderno, construindo e instituindo para a região, um espaço natural, estável, imutável, atemporal, que o homem do presente e do futuro vivesse sobre os moldes de uma temporalidade resgata pela saudade, tomando como natural as misérias, as injustiças, o mandonismo, os estereótipos, a docilidade, que retratam os intelectuais e artistas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Nos Destinos de Fronteiras:** história, espaço e identidade regional. Recife: Bagaço, 2008.

BARROS, José D'Assunção. História, Espaço e Tempo: interações necessárias. Belo Horizonte: **VARIA HISTÓRIA**, vol. 22, nº 36, p. 460-476, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **A Ordem do Discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.